



**PARECER JURÍDICO N° 372 /2021-PGM-PMCC**

**Requerente: Comissão Permanente de Licitação**  
**Referência: Processo Licitatório n° 047/2021 FMAS**

EMENTA: Análise jurídica da legalidade de Termo Aditivo. Pregão Eletrônico. Aquisição de combustíveis automotivos. Canaã dos Carajás. Art. 57§ 1º inciso II, da Lei Federal n° 8.666/1993.

## **I. RELATÓRIO**

A Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás através de sua Comissão de Licitação, na pessoa de seu Presidente, submete à apreciação desta Procuradoria o presente processo licitatório, no qual se requer análise jurídica acerca da legalidade do segundo aditamento de prazo de instrumento contratual, referente a aquisição de combustíveis automotivos para fornecimento de forma fracionada, conforme demanda, viabilizando o abastecimento dos veículos próprios e a serviço do Fundo Municipal de Assistência Social de Canaã dos Carajás.

Prefacialmente assevere-se que a presente manifestação tem por referência os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe. Compete a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo possível adentrar a análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos e nem ainda manifestar-se sobre os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.





**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**Procuradoria Geral do Município**

O processo chegou a esta Procuradoria Jurídica contendo 372 (trezentos e setenta e duas) folhas e veio acompanhado dos seguintes documentos de maior relevância:

- a) Solicitação aditivo contratual (fls.353);
- b) Aceite da Empresa (fls.354);
- c) Solicitação de Prorrogação Contratual (355/357);
- d) Termo De Autorização da Chefe do Executivo (fls.358);
- e) Certidões Negativas (fls.359/363);
- f) Cópia Minuta Contrato 20212403 (fls.364/370);
- g) Minuta Primeiro Aditivo Contratual (fls. 371);
- h) Despacho ao Jurídico (fls.372).

Era o que cumpria relatar.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Verifico que as condições pontuadas para prorrogação contratual continuam evidenciadas no caso em tela, em especial quanto ao limite total da vigência contratual, as quais repiso:

- 1) existência de previsão contratual admitindo a possibilidade de prorrogação;
- 2) interesse da Administração na continuidade dos serviços;
- 3) interesse expresso da contratada na prorrogação;
- 4) prestação regular dos serviços até o momento;
- 5) obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;
- 6) redução ou eliminação dos custos já pagos no primeiro ano;
- 7) aprovação formal pela autoridade competente;
- 8) Manutenção das condições iniciais de habilitação pela contratada.



**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
**Procuradoria Geral do Município**

Versam os presentes autos acerca da análise da legalidade do aditamento de prazo do Instrumento Contratual de Serviço Contínuo, referente ao contrato nº 20212403 (1º) Primeiro Aditivo, decorrente do Processo Licitatório firmados entre a **ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a **Contratada AUTO POSTO NOVO HORIZONTE LTDA** No Mérito, a apreciação da questão passa, necessariamente, por um ponto primordial, que é a evidencia de que o produto ora analisado é essencial para a Administração, para que então se aplique o artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, salienta-se que artigo 57§ 1º inciso II, prevê a possibilidade de prorrogar a duração.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:  
§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:  
II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Quanto aos requisitos para prorrogação, andemos a cada um em separado: Primeiro: há manifestação positiva de vontade do contratado e Segundo: há justificativa e prévia autorização nos termos do art. 57, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Conforme dispõe o § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, toda prorrogação de prazo deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Verifica-se dos autos que o dispositivo foi cumprido pela autoridade competente.

Consta nos autos, como resposta da vencedora do certame o desejo de continuar com o contrato, cumprindo assim o requisito legal que dispõe sobre tal anuência.

Foi confirmada a existência de dotação orçamentária para cobertura das despesas oriundas da celebração do Termo Aditivo que se pretende firmar, conforme exigência do inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993.

Observo que constam nos autos todas as certidões negativas de natureza fiscais necessárias para a instrução do feito.





Estado do Pará  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**  
Procuradoria Geral do Município

Aplica-se, pelas razões acima expostas, a presente aquisição o mandamento contido no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, em que o contrato que têm por objeto a obtenção de produtos, podendo ter sua duração prorrogada, em virtude de fatos excepcionais ou imprevisíveis.

Sob a ótica legal que todos os documentos de qualificação financeira, ainda que presentes aos autos deverão ser conferidos, de forma reiterada e repetida, com o fito de restarem válidos e regulares quando da assinatura do instrumento contratual, por força de determinação legal, como previsto na Lei n. 8.666/93.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, sem maiores delongas, por não encontrar óbices legais no procedimento, nos termos do art. 38, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, **APROVO A MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20212403** (fls. 371) a ser prorrogado por igual período, e opino pelo prosseguimento do feito.

Ressalte-se que o termo aditivo deve ser publicado no Diário Oficial do Município, em atendimento ao dispositivo legal estampado na Lei nº 8.666/93.

É o parecer. S. M. J.

Canaã dos Carajás, 25 de Outubro de 2021;

**CHARLOS CAÇADOR MELO**  
Procurador Geral do Município  
Port. 271/2021-GP